

Um “contrato para a Legislatura” com o Ensino Superior para 2020 – 2023, orientado para estimular a convergência de Portugal com a Europa até 2030

Nota de enquadramento
29 de novembro de 2019

O **reforço da qualificação dos portugueses** e um esforço de responsabilização coletivo de forma a garantir um **processo efetivo de convergência europeia** até 2030 são a base do entendimento consagrado no **contrato de legislatura entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior** Públicas para o período 2020-2023, com o objetivo de fixar um **quadro estável e planeado do financiamento público** para o ensino superior nos próximos quatro anos.

O acordo tem por base quatro dos desafios que Portugal enfrenta, designadamente: a) **Alargar** a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento; b) **diversificar e especializar** o processo de ensino/aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D; c) **empregar melhor** com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública; e d) **reforçar e expandir a internacionalização** do ensino superior e das atividades de I&D.

Para que se atinjam estes objetivos, são consagradas metas claras, incluindo:

- atingir uma taxa média de frequência no ensino superior de 6 em cada 10 jovens com 20 anos em 2030 (enquanto hoje é de 5 em cada 10), assim como alargar as qualificações de toda a população, garantindo atingir 40% de graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos até 2023 e 50% em 2030;
- continuar a trajetória de aumento da despesa em I&D, para alcançar um investimento global em I&D de 3% do PIB até 2030, com uma parcela de 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada. Este objetivo implica o esforço coletivo de aumentar 3,5 vezes o investimento privado em I&D, juntamente com a criação de cerca de 25 mil novos empregos qualificados no setor privado, assim como duplicar o investimento público em I&D até 2030, garantindo a implementação da estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2018-2030, aprovada em 2018, juntamente com o reforço das atividades de pós-graduação e formação de adultos.

Neste contexto o investimento no ensino superior é fundamental para garantir o aumento da qualificação da população portuguesa, essencial para o futuro do país e a convergência com a Europa, porém só pode ser realizado se assumido como projeto coletivo.

O Governo assume os seguintes principais compromissos:

- O valor total da dotação das instituições de ensino superior públicas (universitárias e politécnicas), financiadas por impostos, a inscrever na proposta de Lei do Orçamento de Estado cresce de um total inicial de 1105 milhões de

Euros em 2019, para um total de **1160 milhões de Euros em 2020 (i.e., aumento de 5%), sendo acrescidas em 2% anualmente nos seguintes e até 2023;**

- O aumento agora consagrado para 2020 inclui a reposição integral da redução de propinas consagrada a partir de 2019 e um valor adicional para fazer face a outros encargos entretanto assumidos, sendo a sua **distribuição efetuada de forma diferenciada entre as instituições de ensino superior público**, em articulação com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
- Os orçamentos das instituições de ensino superior públicas **não estarão sujeitos a cativações** ou reduções em qualquer das suas fontes de financiamento e rúbricas;
- As dotações do Orçamento do Estado para **apoios sociais, diretos e indiretos, a estudantes** a atribuir através da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), assim como a atribuir através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), para **atividades de I&D e formação avançada** serão reforçadas para garantir as metas acordadas;
- O **planeamento de Fundos Comunitários** a atribuir através dos programas PT 2020 e PT 2030 em termos de apoios competitivos para atividades de I&D e inovação, incluindo apoios para o **desenvolvimento de consórcios, a promoção de infraestruturas**, o estímulo à competitividade e ao desenvolvimento económico e apoios à coesão territorial, bem como o apoio ao desenvolvimento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), serão adequadas ao reforço dessas atividades;

Neste contexto, as instituições de ensino superior públicas reconhecem a importância de continuar a contribuirativamente para a modernização e internacionalização progressiva do sistema de ensino superior e, beneficiando de um amplo grau de autonomia, constitucional e legalmente consagrada, assumem uma crescente corresponsabilização no respetivo sucesso, assumindo:

- uma efetiva **diversificação das suas fontes de financiamento**, incluindo: i) o reforço de receitas próprias, designadamente em resultado de colaboração com a administração pública e as empresas; e ii) o reforço na captação de fundos comunitários, incluindo aqueles de gestão centralizada e no âmbito dos programas quadro de investigação e inovação;
- o reforço das atividades de **pós-graduação** e da **formação de adultos**;
- **assumir, valorizar e explicitar publicamente uma estratégia clara** de valorização de recursos endógenos e de coesão social e territorial, assumindo a partilha de recursos humanos e materiais através de **consórcios ou de outros arranjos organizacionais entre instituições de ensino superior e/ou outras instituições públicas e privadas** de modo a atingir as metas acordadas;

- Garantir uma **redução significativa do insucesso e abandono escolar até ao final da legislatura**, designadamente através do envolvimento institucional no acompanhamento dos estudantes;
- **Acompanhar e monitorizar a empregabilidade dos seus antigos estudantes** (i.e., “alumini”), designadamente através de iniciativas do seu envolvimento efetivo com as atividades das instituições;

A atividade das instituições de ensino superior desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das relações entre o Estado e as instituições, designadamente ao nível do financiamento público disponibilizado, pretendendo-se com este contrato de legislatura facilitar o **planeamento plurianual da governação e gestão das instituições**, assim como a garantia da atribuição dos meios adequados e necessários à prossecução do seu quadro próprio de atribuições e competências. É mantido em funcionamento o **grupo de monitorização e de controlo orçamental** em funcionamento desde 2016.

O *contrato de legislatura* foi concebido na sequência do *contrato* assinado em 2016 para o período 2016-19. Surge, contudo, num contexto de acelerada pressão demográfica, mas também de transformação digital das nossas sociedades e economias, assim como de uma exigente mobilização de esforços para fazer face às alterações climáticas e à necessidade de estimular o desenvolvimento económico, reduzindo desigualdades que ainda persistem na nossa sociedade. Exige articular políticas e estratégias para a *coesão* e para a *competitividade*, o que só pode ser feito com mais *conhecimento*, e sobretudo com a opção de garantir o conhecimento como um “bem público” e a sua relação com a criação de mais e melhores empregos. Exige ainda alcançar um nível de liderança europeu em competências digitais até 2030, reforçando nos próximos anos a Iniciativa Nacional Competências Digitais, INCoDe.2030, em curso desde 2017.

ANEXO:

Termos de Referência do “Contrato de Legislatura” entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior Públicas (Universidades e Politécnicos), 2020-2023

O *contrato de legislatura* entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior Públicas para o período 2020-2023 é firmado na sequência do *contrato de legislatura* assinado em 2016 para o período 2016-19 e tem por base quatro dos principais desafios que Portugal enfrenta para garantir um processo efetivo de convergência com a Europa até 2030, designadamente: a) **Alargar** a base social para uma sociedade baseada no conhecimento; b) **diversificar e especializar** o processo de ensino/aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D e a articulação ensino/I&D; c) **empregar melhor** com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma efetiva articulação com as empresas, o tecido produtivo, a administração pública e as instituições sociais; e d) **aprofundar e expandir a internacionalização** do ensino superior.

As Instituições do Ensino Superior e o Governo comprometem-se a cooperar para enfrentar estes desafios e alcançar os objetivos e metas a seguir apresentados, que são quantificados nos termos de referência descritos abaixo, os quais fazem parte integrante do *contrato de legislatura*.

Desafio A - Alargar a base social para a produção e difusão do conhecimento

Meta 1 – alargar a participação de jovens no ensino superior: garantir que **60% dos jovens de 20 anos estejam a estudar no ensino superior em 2030**, evoluindo dos atuais cerca de 50% em 2019/20 e atingindo mais de **55% dos jovens de 20 anos a estudar no ensino superior até ao final de 2023**.

Tabela 1 - Evolução do número de inscritos no Ensino Superior com 20 anos

	20 anos		
	Alunos Inscritos	Residentes	%
2015/2016	44 953	107 261	42%
2018 / 2019*	53 432	110 497	48%
2019 / 2020 (e)	57 434	112 615	51%
2023 / 2024 (e)	59 000	109 000	55%
2030 / 2031 (e)	60 000	100 000	60%

*fonte: INE;
(e) estimativa

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para a atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações:

1.1 Reforço da Ação Social direta, ajustando o limiar de elegibilidade e o número de novas bolsas, aumentando o total de bolsas a conceder anualmente para até 90 mil bolsas até ao final da legislatura (enquanto eram cerca de 64 mil em 2014/15 e de 80 mil em

2018/19), com um impacto financeiro a suportar sobretudo por fundos comunitários, devendo ser ainda implementadas as seguintes medidas:

- Reforço dos empréstimos a estudantes, com garantia do Estado;
- Reforço do processo em curso de simplificação administrativa na obtenção de apoios sociais, garantindo o acesso automático às bolsas de ação social do ensino superior quando o aluno tenha beneficiado de uma bolsa de ação social no ensino secundário, sem ter de aguardar pelo processamento administrativo por parte da respetiva instituição de ensino superior;
- Promoção do aumento de estudantes com necessidades educativas especiais, mediante a melhoria das respetivas condições de apoio, pelas instituições, das condições de acolhimento e a criação de estruturas de apoio com o devido apetrechamento físico e tecnológico.

Tabela 2 - Evolução do número total de bolsas no âmbito da ação social no ensino superior, incluindo apoios diretos a bolseiros, apoios a mobilidade através do programa +Superior e apoio a estudantes com necessidades educativas especiais

Ano	Total
2014-2015	64 826
2018-2019 (p)	78 074
2023-2024 (e)	Até 90 000
2030-2031 (e)	100 000

(p) dados até 31 ago de 2019

1.2 Reforço da mobilidade de estudantes a nível nacional, através do Programa +Superior, com o objetivo de estimular a coesão territorial, reforçando o incentivo e apoio à frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica, por estudantes economicamente carenciados que residem habitualmente noutras regiões, devendo ser ainda implementadas as seguintes medidas:

- Reforçar o número de novas bolsas atribuídas no âmbito do programa +Superior, superando as 2000 até ao final da legislatura (enquanto eram cerca de 1000 em 2014/15 e cerca de 1600 em 2018/19), com um acréscimo no impacto financeiro do programa estimado de 6.6 milhões de euros até ao final da legislatura, através de financiamento comunitário.
- Ajustar o processo de atribuição, garantindo o acesso à bolsa do programa +Superior mais rapidamente, tornando-se assim num apoio claro à mobilidade para as regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica.

Tabela 3 - Evolução do número de novas bolsas e do total de bolsas do programa +Superior, reforçando o incentivo e apoio à frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica

Ano	Novas bolsas	Total de bolsas ativas
2014-2015	1 000	1 000
2018-2019 (p)	1 561	3 953
2023-2024 (e)	2 000	5 000

(p) dados até 31 ago de 2019; (e) estimado

1.3 Reforço do Alojamento de Estudantes do Ensino Superior a preços regulados, duplicando na próxima década a atual oferta de alojamentos para estudantes do ensino superior (i.e., aumentando essa oferta para 30 mil camas até 2030), sendo que 12 mil dessas camas deverão estar concluídas nos próximos 4 anos e até ao final de 2023. O *Programa Nacional para o Alojamento de Estudantes do Ensino Superior* (PNAES) exige um esforço de responsabilização coletivo envolvendo o Governo, as instituições de ensino superior, as autarquias e outras instituições públicas e privadas, devendo ser garantidas as seguintes metas:

- Prosseguimento da requalificação e a construção de residências de estudantes, com o objetivo de reforçar o alojamento disponível para estudantes do ensino superior, a custos acessíveis, em cerca de 12.000 camas até ao final da legislatura, atingindo um total de cerca 27.000 camas;
- Alargamento dos recursos disponíveis para reforçar o alojamento para estudantes do ensino superior, incrementando a abrangência do PNAES, quer através da criação de mecanismos de incentivo e reforço das iniciativas em curso, quer através do acréscimo de novas iniciativas.

Tabela 4 - Evolução do alojamento para estudantes a preços regulados, em termos do número de camas

	Novas camas	Total de camas disponíveis
2015/2016	--	14 547
2019/2020	595	15 370
Período 2020-2023	11 530	26 900
Período 2024-2030	3 100	30 000

1.4 Reforço das formações de curta duração, oferecida pelos Politécnicos (i.e., os TESPS), estimulando novos percursos de qualificação da população, designadamente em colaboração com a administração pública, o tecido produtivo e as empresas, devendo ser garantidas as seguintes metas:

- Aumento do número de novos estudantes envolvidos todos os anos nestas formações, crescendo anualmente até atingir cerca de doze mil novos estudantes por ano até ao final de 2023 (sendo atualmente cerca de 9000 em 2019, enquanto eram cerca de 5.100 em 2015), com o acréscimo através de financiamento comunitário;
- Abertura aos estudantes inscritos nestas formações, da possibilidade de prossecução de estudos, facilitando a adequação de planos de estudo de licenciaturas e horários de formação, oferecidas em estreita articulação com os empregadores e o tecido produtivo.

Tabela 5 - Evolução do número de novos inscritos e do total de inscritos em TeSP nas instituições de ensino superior politécnico público

Ano	Novos inscritos em TeSP	Total de inscritos em TeSP
2015-2016	5 131	5 369
2018-2019 (p)	9 000	11 000
2023-2024 (e)	12 000	15 000

p) dados até 31 ago de 2019; e) estimativa

1.5 Estimular a relação entre o conhecimento e a sociedade, valorizando o reconhecimento social da ciência, a promoção da cultura científica, a comunicação sistemática do conhecimento e dos resultados das atividades de I&D e a apropriação social do conhecimento. Neste âmbito, as instituições científicas e de ensino superior devem assumir o compromisso de reforçar o papel da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, exigindo o seu apoio de forma continua e sistemática, designadamente no que respeita: i) à **difusão do ensino experimental das ciências e dos saberes, designadamente apoiando a Rede de Clubes Ciência Viva nas Escolas**, entre outras redes de difusão dos saberes aos mais jovens; ii) ao apoio a **Rede de Centros Ciência Viva, incluindo para estágios para jovens**; iii) ao **combate à segregação profissional entre homens e mulheres através de programas de desconstrução de estereótipos de género**; e iv) ao apoio ao desenvolvimento de uma nova **Rede de Quintas Ciência Viva, designadamente para mobilizar os jovens para novos desígnios das áreas agrícola e das cadeias de valor alimentares**. Estas medidas serão financiadas através de fundos comunitários.

1.6 Garantir o acesso ao ensino superior dos jovens que completam através do ensino secundário pelas vias profissionalizantes, designadamente através da:

- Institucionalização, pelo Governo, de um novo regime jurídico de acesso ao ensino superior de estudantes que completam através do ensino secundário pelas vias profissionalizantes, na sequência da discussão pública já lançada em 2018/19;
- Adesão voluntária das instituições de ensino superior na incorporação destes jovens em percursos adequados, incluindo a promoção de projetos piloto de natureza experimental que venham a estimular o prosseguimento de estudos por estes estudantes, por forma a que, até ao final da legislatura, cerca de 40% dos estudantes do ensino profissional prossigam estudos no ensino superior, representando cerca de 10.000 inscritos até 2023, duplicando o número de inscritos em 2017-18 (4500).

Tabela 6 - Evolução da fração de novos inscritos nas instituições de ensino superior público

Modalidade do ensino secundário nos jovens inscritos no ensino superior	Diplomados do ens. secundário em 2013-2014 inscritos em IES em 2014-2015	Diplomados do ens. secundário em 2016-2017 inscritos em IES em 2017-2018
Científico-humanístico	80%	80%
Profissional	16%	18%
Artístico especializado	53%	56%
Tecnológico	60%	59%

Meta 2 – alargar a participação de adultos no ensino superior: alcançar um nível de **50% de diplomados de ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos em 2030**, evoluindo dos atuais cerca de 34% em 2019 e atingindo **mais de 40% até ao final de 2023**.

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para a atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações:

2.1 O desenvolvimento de uma plataforma inovadora de ensino a distância de âmbito nacional por forma a atrair para o ensino superior cerca de 10 mil adultos até ao final

de 2023 (novos estudantes por ano) e graduar pelo menos 50 mil adultos até 2030 (em termos acumulados), tendo por base um contrato de desenvolvimento institucional para reforçar e aprofundar ciclos de estudos de ensino a distância ministrados pela Universidade Aberta. Estes devem passar a ser tendencial e maioritariamente realizados em associação com outras instituições de ensino superior e com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (designadamente através da iniciativa NAU), reforçando a promoção do ensino superior de elevada qualidade em língua portuguesa, em todo o mundo, designadamente na Ásia, em África e na América. Para além do atual financiamento público à Universidade Aberta, o funcionamento e operação das redes de centros de ensino à distância com gestão descentralizada será garantido com financiamento de fundos comunitários.

Tabela 7 - Estimativa do número de novos inscritos e do total de diplomados em cursos de ensino à distância nas instituições de ensino superior público (e – estimativa)

	2020/21 (e)	2023/24 (e)	2030/31 (e)
Novos Inscritos em Ensino a Distância (e)	5700	10000	15000
Diplomados anualmente em Ensino a Distância (e)	--	4400	8500

(e) estimativa

2.2 Diversificação da oferta de formação inicial para adultos, incluindo formações de curta duração oferecida pelos Politécnicos (i.e., os TESPS) e licenciaturas oferecidas pelos Politécnicos e Universidades, estimulando novas formações em colaboração com empregadores, adequadas e orientadas para adultos e incluindo processos de “conversão de competências (i.e., “re-skilling”). Devem incluir a colaboração com instituições integradas em redes de inovação coletiva, como Clusters de competitividade, Centros de Interface Tecnológica e Laboratórios Colaborativos, entre outros. Adicionalmente, devem incluir a cooperação com Associações Empresariais, de forma a garantir as seguintes metas:

- os **estudantes adultos representem, até 2023, cerca de 20% dos novos estudantes envolvidos todos os anos em formações de curta duração oferecida pelos Politécnicos** (i.e., os TESPS; como estabelecido no âmbito do compromisso 1.4), devendo esta medida ser financiada através de fundos comunitários.
- os **estudantes adultos representem, até 2023, cerca de 10% dos novos estudantes a envolver em licenciaturas oferecidas pelos Politécnicos e Universidades**.

2.3 Implementar, promover e divulgar medidas de acompanhamento dos estudantes por forma a reduzir significativamente o insucesso e abandono escolar, garantindo posicionar as instituições portuguesas aos melhores níveis europeus nas várias áreas do conhecimento, devendo ser garantidas as seguintes medidas:

- Garantia de funcionamento em todas as instituições de **iniciativas e programas de acompanhamento dos estudantes**, incluindo ações de voluntariado entre estudantes com apoio institucional;
- A **reformulação dos métodos pedagógicos e/ou a introdução de novas metodologias**, de forma a garantir uma redução da taxa de abandono escolar, a melhoria do desempenho profissional, técnico e científico dos graduados, e generalizando algumas experiências já em curso e realizadas com sucesso através da adoção de metodologias de “aprendizagem ativa”, incluindo aquelas baseadas em problemas (i.e., “Problem Based Learning, PBL”).

Desafio B - Diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem, intensificando a atividade de I&D

Meta 3 – garantir a especialização e diversificação institucional: estimular a **modernização do processo de ensino/aprendizagem** face a um processo crescente e acelerado de transformação digital da nossa sociedade, designadamente através da garantia de maior **especialização** da oferta de ensino superior e do reforço da **diversificação institucional**, com a evolução das ofertas relativas de formação inicial, de graduação e de pós-graduação, assim como ao nível das práticas e dos ambientes de trabalho e de I&D em estreita cooperação internacional e com empregadores.

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para a atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações:

3.1 O reforço da pós-graduação nas instituições universitárias, atraindo novos públicos adultos, formando mais ao “longo da vida” e reforçando sobretudo diplomas e formações especializadas ao nível das pós-graduações (i.e., “up-skilling”), de uma forma que garanta aumentar significativamente o numero de estudantes de pós-graduação face ao total de estudantes de licenciatura e de mestrado nas instituições universitárias, a orientar pelas seguintes metas:

Tabela 8 - Evolução do número de inscritos em pós-graduações (diplomas e mestrado 2º ciclo) no ensino superior universitário público

	Inscritos em Pós-Graduações não conferente de grau	Inscritos em Mestrado 2º Ciclo	Total de inscritos (1)+(2)	Total de inscritos em Licenciatura, Mestrado Integrado e Mestrado 2º Ciclo	%
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(3)/(4)
2015/2016	n.a.	32 222	32 000	171 250	19%
2018/2019 (p)	3 000 (p)	36 871	39 870	177 281	22%
Até 2030 (e)	30 000	50 000	80 000	200 000	40%

p) dados até 31 ago de 2019; e) estimativa

3.2 O reforço da pós-graduação de natureza profissionalizante nas instituições politécnicas, atraindo novos públicos adultos, formando mais ao “longo da vida” e reforçando sobretudo formações de natureza profissionalizante ao nível das pós-graduações (i.e., “up-skilling”), de modo a atingir as seguintes metas:

Tabela 9 - Evolução do número de inscritos em pós-graduações (diplomas e mestrado 2º ciclo) no ensino superior politécnico público

	Inscritos em Pós-Graduações não conferente de grau	Inscritos em Mestrado 2º Ciclo	Total de inscritos (1)+(2)	Total de inscritos em Licenciatura e Mestrado 2º Ciclo	%
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(3)/(4)
2015/2016	n.a.	13 942	13 942	99 737	14%
2018/2019 (p)	n.a.	16 193	16 193	103 993	16%
até 2030 (e)	10 000	20 000	30 000	150 000	20%

p) dados até 31 ago de 2019; e) estimativa

3.3 O aumento da capacidade de todos estudantes e graduados de ensino superior de processar dados, promovendo a capacidade de comunicação de resultados do processamento de grandes quantidades de informação em todas as áreas do conhecimento, das artes e humanidades às ciências sociais, naturais e às engenharias e tecnologias, por forma a alcançar as seguintes metas na transformação da oferta do ensino superior:

- **Ensino Universitário:** 100% dos novos estudantes registados no ensino universitário até 2023 têm a oportunidade de obter formação sobre “ciência de dados”, seguindo as melhores práticas internacionais;
- **Ensino Politécnico:** 100% dos novos estudantes registados no ensino politécnico até 2023 têm a oportunidade de obter formação sobre “**processamento de dados e tratamento de informação**”, seguindo as melhores práticas internacionais;

3.4 Reforço da capacidade de formação doutoral, designadamente em colaboração internacional e envolvendo atividades de I&D em estreita cooperação com um leque diversificado de instituições públicas e/ou privadas, incluindo a administração pública, laboratórios de Estado, Laboratórios associados, Laboratórios colaborativos, empresas e centros de investigação e de inovação num leque alargado de instituições de ensino superior, garantindo as seguintes metas:

- Atingir cerca de **4000 novos doutoramentos por ano até 2030, e cerca de 3500 até 2023** (enquanto são cerca de 2500 em 2019), com pelo menos 50% financiados diretamente através da FCT;
- Assegurar que pelo menos **50% dos novos doutoramentos até 2030 são realizados em ambientes de “co-trabalho”** com um leque diversificado de instituições públicas e privadas;
- Assegurar que pelo menos **50% dos novos doutoramentos até 2030 são realizados em colaboração internacional**, pelo menos com frequência de um semestre numa instituição estrangeira para a realização de atividades de I&D.

Tabela 10 - Evolução do número de doutoramentos realizados e de bolsas de doutoramento apoiadas pela FCT

	Total de Doutoramentos concluídos	Bolsas Financiadas pela FCT
2012	2 463	1 252
2013	2 503	685
2014	2 351	875
2015	2 344	896
2016	2 135	1 329
2017	2 266	1 387
2018	n.a.	1 470
2019 (p)	n.a.	1 800
2023 (e)	3 500	1 950
2030 (e)	4 000	2 000

p) dados até 31 ago de 2019; e) estimativa

3.5 Garantir o reforço das atividade de pós-graduação em colaboração intra- e inter-institucional e transdisciplinar, designadamente na forma de consórcios multi-

institucionais e/ou de “Escolas de Pós-Graduação”, incluindo em colaboração internacional e envolvendo atividades em estreita cooperação com um leque diversificado de instituições públicas e/ou privadas (empresas, a administração pública, Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados, Laboratórios Colaborativos, centros de investigação e de inovação num leque alargado de instituições), garantindo:

- A oferta de **formações avançadas e especializadas, designadamente ao nível de mestrado**, em estreita cooperação internacional e no âmbito de parcerias efetivas com instituições de reconhecido mérito e relevância a nível internacional e com o envolvimento efetivo da administração publica, das empresas e do tecido produtivo;
- A oferta de **formações de natureza profissionalizante, designadamente ao nível de diplomas de pós-graduação**, em estreita colaboração e com o envolvimento efetivo da administração publica, das empresas e do tecido produtivo;
- A oferta de um número de **vagas acessíveis por mérito**, de modo a promover a pós-graduação ao alcance de todos.

3.6 O reforço das atividades de **investigação e desenvolvimento (I&D) baseadas na experiência em institutos politécnicos** (i.e., “*experience or practice based research*”), claramente orientadas para a inovação no setor produtivo, social ou artístico, assim como para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, reforçando a **prática de I&D em todas as escolas dos institutos politécnicos** em estreita colaboração com os sectores da hospitalidade, serviços, indústria e agroindústria e de cuidados de saúde.

Desafio C - Empregar melhor, com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma respetiva articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública

Meta 4 – reforçar carreiras académicas e estimular o emprego científico: garantir o **desenvolvimento de carreiras docente e de investigação no ensino superior**, designadamente garantindo a aplicação atempada do regime legal de graus e diplomas em vigor, como revisto em 2018, e estimulando a abertura, mobilidade e diversificação de carreiras dos corpos docente e de investigação.

Tabela 11 - Evolução do número de docentes de carreira entre: i) 2012-2015; e ii) 2015-2019

		Categoria	2012/13		2014/15		Variação 2012-2015		
			H	M	H	M	H	M	Total
Público	Universitário	Professor Catedrático	949	273	932	266	-17	-7	-24
		Professor Associado	1489	742	1439	725	-50	-17	-67
		Professor Auxiliar	4118	3239	4168	3357	50	118	168
	Politécnico	Professor Coordenador Principal	13	5	15	7	2	2	4
		Professor Coordenador	416	349	417	355	1	6	7
		Professor Adjunto	2393	2023	2468	2089	75	66	141
Total			9378	6631	9439	6799	61	168	229

	Categoria	2015/16		2018/19		Variação 2015-2019			
		H	M	H	M	H	M	Total	
Público	Universitário	Professor Catedrático	943	281	945	309	2	28	30
		Professor Associado	1461	723	1527	796	66	73	139
		Professor Auxiliar	4334	3469	4595	3803	261	334	595
	Politécnico	Professor Coordenador Principal	15	6	24	12	9	6	15
		Professor Coordenador	410	371	419	375	9	4	13
		Professor Adjunto	2644	2257	3075	2758	431	501	932
Total		9807	7107	10585	8053	778	946	1724	

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para a atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações

4.1 O desenvolvimento das carreiras por forma a assegurar que mais de 2/3 dos docentes das instituições públicas universitárias estão integrados em posições de carreira até 2023 e que dentro dessas posições de carreira, o conjunto de professores catedráticos e associados representa entre 50% e 70% dos professores (atualmente com valores médios nacionais de apenas cerca de 30%).

4.2 O desenvolvimento das carreiras por forma a assegurar que 70% dos docentes do ensino superior público politécnico estão integrados em posições de carreira e dentro dessas posições de carreira, o número de professores coordenadores deve representar até 50% do total de professores e que o número de professores coordenadores principais representa até 15% do total de professores até 2023.

4.3 A afirmação de Laboratórios Associados para o reforço de atividades de I&D de carácter básico ou fundamental juntamente com o apoio a políticas públicas orientadas para responder a desafios sociais, ambientais e económicos, de uma forma que facilite o desenvolvimento de carreiras de investigação nesses Laboratórios Associados, nos termos do regulamento em vigor e publicado pela FCT. Garantir, ainda, a diversificação das fontes de financiamento dos Laboratórios Associados, nomeadamente através de fundos estruturais e dos fundos europeus de gestão centralizada.

4.4 A continuidade do *Programa de Estímulo ao Emprego Científico*, lançado em 2017, para investigadores doutorados, apoiado em instrumentos e relações de contratação diversificadas, com centros de decisão distintos e diversificados, entre os quais se destaca:

- A possibilidade de contratação e desenvolvimento de carreiras académicas e científicas por parte das instituições de ensino superior;
- A contratação através de *equipas de projeto de I&D*, financiados de forma competitiva;
- A contratação de investigadores doutorados através de concursos anuais da FCT para *candidaturas individuais* para vários níveis de investigadores, assim como através de *concursos institucionais*, de periodicidade bianual, apoiados pela FCT;
- O apoio à contratação de investigadores doutorados, através de *concursos a promover pelas próprias unidades de I&D* e as suas instituições de acolhimento, na sequência da avaliação das unidades de I&D, ou através de laboratórios colaborativos;

Tabela 12: Número de contratos celebrados no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, 2016-2019

Apoios Individuais	445
Apoios Institucionais	51
Projetos de I&D	1131
Outros Projetos de I&D com outras fontes de financiamento (incluindo própria)	257
Unidades de I&D	400
Norma transitória DL 57/2016	1 687
Concursos regulares de ingresso em carreira	403
PREVPAP - Docentes CAB CTES	17
PREVPAP - Investigadores CAB CTES	1
Regime transitório ECPDESCP	595
Doutorados a realizar atividades de I&D em Empresas (SIFIDE)	62
Doutorados a realizar atividades de I&D em Empresas (empresas não SIFIDE)	45
Doutorados Contratados por empresas ao abrigo dos projetos do OI IAPMEI - tipologia SI I&DT (Projetos Individuais)	72
Total	5166

(atualização a 24/06/2019)

Tabela 13: Estimativa do número de novos contratos de investigadores doutorados a celebrar no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico até ao final de 2023, designadamente através dos fundos estruturais e de fundos europeus de gestão centralizada

	Total 2020-2023
Apoios Individuais (concursos anuais)	1000
Apoios Institucionais (concursos bianuais)	800
Projetos de I&D	200
Unidades de I&D	400
Laboratórios Associados	500
Laboratórios Colaborativos	100
Concursos regulares de ingresso em carreira	1 500
Doutorados a realizar atividades de I&D em Empresas	500
Total	5000

- O financiamento da continuação do Programa de Estímulo ao Emprego Científico para o período 2020-2023 será garantido através da diversificação das fontes de financiamento, designadamente através dos fundos estruturais e de fundos europeus de gestão centralizada.

Meta 5: reforçar a criação de emprego qualificado, garantindo o envolvimento das instituições científicas e de ensino superior em arranjos colaborativos que venham a contribuir para continuar a **criar empregos qualificados no tecido produtivo, nas empresas e na administração pública.**

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações:

5.1 Implementação da estratégia nacional de inovação, de modo a alcançar um investimento global em I&D de 3% do PIB até 2030, com uma parcela relativa de 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada.

5.2 Consolidação do funcionamento de **Laboratórios Colaborativos**, reunindo instituições científicas e académicas com o setor produtivo, como previsto no âmbito do Programa Interface iniciado em 2018 e alargado posteriormente para um total de 26 laboratórios atualmente aprovados, reforçando elementos críticos de relacionamento institucional para a criação de emprego qualificado e garantindo **contratação de cerca 800 investigadores até 2023**, através de financiamento comunitário, como já consagrado nos contratos programa estabelecidos até 2019 para o apoio a Laboratórios Colaborativos.

5.3 Dinamização e colaboração com **Centros de Interface Tecnológica**, incluindo centros tecnológicos, centros de incubação de empresas e parques de ciência e tecnologia, como previsto no âmbito do Programa Interface iniciado em 2018, impulsionando o funcionamento de Centros de Interface Tecnológico, nomeadamente através do apoio financeiro a parte da sua atividade, sempre assegurando a previsibilidade financeira que alavanca o investimento empresarial em inovação.

Ainda neste contexto, importa garantir a participação das instituições de ensino superior nas ações promovidas pelos clusters de competitividade, tanto em projetos de I&D, como em ações de mobilização setoriais ou de cadeia de valor.

5.4 Apoio à **contratação de investigadores doutorados por empresas**, designadamente ao abrigo de incentivos fiscais para atividades de I&D e incluindo aquelas em colaboração com as instituições científicas e de ensino superior.

5.5 Reforço dos *Gabinetes de Transferência de Conhecimento e Tecnologia* (i.e., “TTOs – Technology Transfer Offices”) e a sua participação efetiva nas iniciativas e atividades a desenvolver no âmbito da rede nacional “UTEN - University Technology Enterprise Network”, coordenada pela Agência Nacional de Inovação (ANI), designadamente:

- o envolvimento de todas as instituições de ensino superior na profissionalização dos atuais serviços e gabinetes de transferência de tecnologia;
- estímulos internos a condições de participação dos docentes, investigadores e estudantes em redes e projetos em estreita colaboração com empresas, o tecido produtivo e a administração pública.

Desafio D – Reforçar a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D

Meta 6: reforçar a progressiva **internacionalização das instituições de ensino Superior, de modo a contribuir para duplicar a participação de Portugal no próximo programa-quadro europeu de Investigação e Inovação** (i.e., entre 2021 -2027, incluindo os programas “Horizonte Europa”, “Digital Europa” e “Espaço Europa”) face ao atual programa-quadro (i.e., entre 2014-2020, através do programa “Horizonte 2020”), garantindo **atrair cerca de dois mil milhões de euros nesse período temporal**.

O Governo e as instituições de Ensino Superior comprometem-se a cooperar para a atingir esta meta e para a concretização das seguintes ações:

6.1 Garantir a **inserção das instituições de ensino superior em redes europeias**, fomentando a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, de modo a **garantir atingir as seguintes metas**:

- **duplicar os estudantes em mobilidade internacional em todas as instituições públicas até 2023**, com o acréscimo de cerca de 17M€ através do financiamento direto da união europeia e de outras fontes de financiamento privadas;
- **Explorar o potencial de evolução do Programa Erasmus (2021-2027)**, com um orçamento que representa o dobro do orçamento afeto ao anterior período (2014-2020), **nas diversas vertentes elegíveis do ensino superior** (mobilidade dos diversos segmentos da comunidade académica, mestrados conjuntos, cooperação externa, consórcios institucionais), reforçando as maiores tendências reveladas na cooperação europeia e internacional.

Tabela 14: Evolução do número de estudantes do ensino superior inscritos em mobilidade, designadamente nacionais (“Outgoing”) e estrangeiros (“Incoming”)

Ano	Estudantes em mobilidade	
	“Outgoing”	“Incoming”
2015 / 2016	8 646	12 665
2018 / 2019 (p)	9 613	13 460
2023 / 2024 (e)	15 000	20 000

p) dados até 31 ago de 2019; e) estimativa

6.2 A **integração das instituições de ensino superior nos campus interuniversitários europeus**, através da constituição de alianças transnacionais (i.e., as “Universidades Europeias”), que partilham estratégias de médio e longo prazo, valorizando áreas científicas nas quais revelam excelência e permitindo uma circulação sem barreiras dos estudantes dos vários graus, dos professores, dos investigadores e do pessoal técnico e administrativo, incluindo a oferta conjunta de graus e diplomas, e sempre que possível, o recrutamento conjunto de investigadores e docentes.

6.3 A mobilização de todas as instituições de ensino Superior na implementação do programa “Estudar e investigar em Portugal”, de modo que o número de **estudantes estrangeiros a estudar em Portugal duplique até ao final de 2023, representando nessa altura cerca de 25% do total de estudantes inscritos** nas instituições públicas.

Tabela 15: Evolução do número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior

Ano	Estudantes estrangeiros Inscritos
2015 / 2016	37 905
2018 / 2019	58 062
2023 / 2024 (e)	116 000

e) estimativa

6.4 A mobilização de todas as instituições de ensino superior no reforço da sua participação efetiva nas iniciativas e atividades a desenvolver no âmbito da rede nacional de alto nível ***“PERIN- Portugal in Europe Research and Innovation Network”***, designadamente:

- Da profissionalização dos atuais serviços de apoio a participação de redes e projetos europeus, incluindo pontos de contacto da Rede PERIN nos gabinetes de transferência de tecnologia;
- De estímulos internos a condições de participação dos docentes, investigadores e estudantes em redes e projetos europeus (por exemplo, avaliação de desempenho docente ou distribuição de serviço docente).

6.5 A mobilização crescente de todas as instituições de ensino superior no Programa **«Ciência LP - Centro internacional para a formação avançada em ciências fundamentais de cientistas oriundos de países de língua portuguesa»**, nos termos do acordo assinado entre o Estado Português e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a operação de um Centro UNESCO Tipo II com o apoio e coordenação da FCT, incluindo designadamente:

- O alargamento das redes e consórcios já em curso desde 2019 nas áreas das “Ciências exatas e da engenharia” e das “ciências agrárias”, às ciências naturais e biodiversidade, ciências da saúde, ciências humanas e sociais, garantindo alargar o apoio da FCT para cerca de 80 bolsas anuais de doutoramento para estudantes oriundos de países de língua portuguesa;
- O acolhimento desses estudantes, pelas IES, através de iniciativas de capacitação científica e académica de instituições dos seus países de origem;
- O funcionamento do **«Ciência LP - Centro internacional para a formação avançada em ciências fundamentais de cientistas oriundos de países de língua portuguesa»** como uma **instituição em rede**, coordenada pela FCT em estreita articulação com instituições científicas e de ensino superior.

6.6 A mobilização crescente das instituições de ensino superior na **capacitação de quadros da administração pública e de empresas de países de língua portuguesa**, incluindo iniciativas promovidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

6.7 A mobilização crescente de todas as instituições de ensino superior na iniciativa ***“GoPortugal – Global Science and Technology Partnerships Portugal”***, coordenada pela FCT com o objetivo de:

- aprofundar a internacionalização da capacidade académica, científica, tecnológica e de inovação de Portugal, tendo por referência as melhores práticas internacionais, incluindo na relação com as empresas e o tecido produtivo;
- fomentar a criação e crescimento de novas empresas de base científica e tecnológica;

6.8 A **valorização do posicionamento atlântico de Portugal no Mundo**, potenciando a atração de financiamento e mobilizando diversos atores, tanto nacionais como internacionais, em termos de uma abordagem inovadora e integrativa, incluindo:

- As iniciativas em curso no âmbito do **“Centro Internacional de Investigação do Atlântico – AIR Centre”**, na forma de uma instituição inovadora de investigação e tecnologia em rede e de âmbito internacional, de modo a promover um programa de cooperação internacional de I&D para o reforço do conhecimento sobre as interações espaço-clima-oceano através da cooperação Norte-Sul/Sul-Norte. Inclui a instalação de um laboratório de observação da Terra na Ilha Terceira, em articulação com a ESA e na forma de um “ESA_Lab@Azores”.

- A implementação da estratégia “**Portugal Espaço 2030**”, incluindo a colaboração das instituições de ensino superior no desenvolvimento e promoção da agência espacial portuguesa, “**Portugal Space**”, bem como ao nível da produção e utilização de dados, baseados em plataformas tecnológicas específicas dedicadas à observação da Terra para atividades sociais e económicas, e ao nível de geração de dados e infraestruturas. Inclui a necessidade e o desafio do desenvolvimento e produção de satélites, principalmente micro e nano-satélites, mas passa sobretudo pelo desenvolvimento de competências em ciências dos dados e suas aplicações em todas as áreas disciplinares, para além do alargamento de competências técnicas nas áreas das ciências exatas e da engenharia.
- O lançamento do Programa “**Azores International Satellite Launch Programme – Azores ISLP**” e dos procedimentos para a instalação e operação de uma infraestrutura espacial para o lançamento de mini e micro satélites na Região Autónoma dos Açores.

ANEXO 2 (cont.):

Súmula dos 4 principais desafios do “Contrato de Legislatura” entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior Públicas (Universidades e Politécnicos), 2020-2023

DESAFIOS	
A	Alargar a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento
B	Diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D
C	Empregar melhor com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma respetiva articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública
D	Reforçar e expandir a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D

Súmula das metas do “Contrato de Legislatura” entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior Públicas (Universidades e Politécnicos), 2019-2023-2030

	Meta	2019	2023	2030
META 1	% dos jovens de 20 anos a estudar no ensino superior	51%	55%	60%
1.1	Total de bolsas no âmbito da ação social no ensino superior	78 000	Até 90 000	100 000
1.2	Novas bolsas do Programa +Superior	1 600	2 000	5 000
1.3	Número de camas disponíveis	15 370	26 900	30 000
1.4	Número de novos estudantes inscritos em formações curtas	9 000	12 000	15 000
1.5	Número de “Quintas Ciência Viva” em pleno funcionamento em articulação com IES	0	7	10
1.6	Jovens inscritos no ensino superior que completaram o ensino secundário pelas vias profissionalizantes	4 500	10 000	15 000
META 2	% de diplomados do ensino superior com 30-34 anos	34%	40%	50%
2.1	Estudantes inscritos em cursos de ensino à distância	1 500	10 000	15 000
2.2	Total de diplomados em cursos de ensino à distância	--	3 000	50 000
2.3	% de estudantes adultos no total de novos estudantes, inscritos em formações curtas - Politécnicos	n.d.	20%	25%
2.4	% de estudantes adultos no total de novos estudantes, inscritos em licenciaturas – Universidades e Politécnicos	n.d.	10%	15%
2.5	Número de iniciativas e programas de acompanhamento dos estudantes, incluindo ações de voluntariado entre estudantes com apoio institucional, em todas as IES	n.d.	34	34
META 3	Diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem, estimulando a pós-graduação			
3.1	% de estudantes de pós-graduação face ao total de estudantes de licenciatura e de mestrado nas instituições universitárias	22%	30%	40%
3.2	% de estudantes de pós-graduação face ao total de estudantes de licenciatura e de mestrado nas instituições politécnicas	16%	18%	20%
3.3	Novos doutoramentos realizados por ano	2 500	3 500	4 000
3.4	% dos novos doutoramentos realizados em ambientes de “co-trabalho”	n.d.	30%	50%
3.5	% dos novos doutoramentos realizados em colaboração internacional	n.d.	30%	50%
3.6	prática de I&D em escolas dos institutos politécnicos	n.d.	100%	100%

META 4	Desenvolver carreiras docente e de investigação, intensificando a atividade de I&D			
4.1	Docentes das instituições públicas universitárias integrados em posições de carreira	n.d.	66%	66%
4.1	% de docentes de carreira docente universitária na categoria de professores associados e catedráticos	30%	50%-70%	50%-70%
4.2	Docentes do ensino superior público politécnico integrados em posições de carreira	n.d.	70%	70%
4.2	% de docentes de carreira docente politécnica na categoria de professores coordenadores principais	n.d.	Até 15%	Até 15%
4.2	% de docentes de carreira docente politécnica na categoria de professores coordenadores	n.d.	Até 50%	Até 50%
4.3	Contratação por tempo indeterminado de investigadores nos Laboratórios Associados	n.d.	500	1000
4.4	Novos contratos para investigadores doutorados	5166 (desde 2017)	5000 (entre 2019-2023)	A definir
META 5	Empregar melhor com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação			
5.1	Capacidade de alcançar um investimento global em I&D de 3% do PIB até 2030, com uma parcela relativa de 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada	30%	50%	100%
5.2	Número de empregos qualificados no tecido produtivo e na administração pública.	--	8000	25 000 desde 2018
5.3	Contratação de investigadores nos Laboratórios Colaborativos	--	800	A definir
5.4	Mobilização das instituições de ensino Superior na dinamização de centros de incubação de empresas e parques de ciência e tecnologia	--	100%	100%
5.5	Mobilização de todas as instituições de ensino superior no reforço dos seus Gabinetes de Transferência de Conhecimento e Tecnologia e a sua participação na UTEN	--	100%	100%
META 6	Reforçar a internacionalização, duplicando a participação de Portugal no próximo programa-quadro europeu de Investigação e Inovação face ao atual programa-quadro			
6.1	Número de estudantes em mobilidade internacional “outgoing”	9 600	15 000	25 000
6.2	Número de estudantes em mobilidade internacional “incoming”	13 000	20 000	30 000
6.3	Capacidade de duplicar a participação de Portugal no próximo programa-quadro europeu de Investigação e Inovação	--	50%	100%
6.4	Número de estudantes estrangeiros a estudar em Portugal	58 000	116 000	
6.5	Envolvimento das instituições de ensino superior no PERIN através de núcleos próprios para apoiar redes e projetos Europeus	n.d.	100%	100%
6.6	Novas bolsas de doutoramento para estudantes oriundos de países de língua portuguesa, financiadas anualmente pela FCT através do “Ciência LP”	--	80	100